



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO N.º

OSA/2025

PROPOSTA

N.º 119A/2025/DAF/DICONT/SERGEP

Realizada em

17/12/2025

DELIBERAÇÃO N.º

197A/2025

ASSUNTO: Manifestação Prévia de Intenção de Exercer ou Não o Direito de Preferência – Rua José Luciano de Carvalho, nº 2 e Largo Celestino Rosado Pinto, nº 5, em Setúbal

Considerando que,

O Direito de Preferência, legal ou convencional, consiste grosso modo na atribuição ao seu beneficiário de primazia na transmissão onerosa. Este direito privado, está dependente da demonstração de manifestação de vontade em ser realizado nas mesmas condições que foram acordadas entre o sujeito obrigado à preferência e um terceiro.

Para manifestação prévia da intenção de exercer ou não o direito de preferência, por parte do Município de Setúbal, sobre a compra e venda, no âmbito do Decreto-Lei n.º 263-A/2007, de 23 de julho, na sua redação atual, consta no sítio da internet, "Portal CASA PRONTA", o anúncio 210373/2025, do qual é objeto o prédio sito na Rua José Luciano de Carvalho, nº 2 e Largo Celestino Rosado Pinto, nº 5, inscrito na matriz predial urbana, sob o artigo 9202 - C, da Freguesia de S. Sebastião, destinado a habitação, pelo valor de € 93 222,31 (Noventa e Três mil Duzentos e Vinte e Dois euros e Trinta e um cêntimos);

Analisadas as características do imóvel supra identificado, propõe-se que a Câmara Municipal de Setúbal, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/13, de 12 de setembro, delibere aprovar, nesta alienação, o não exercício do direito de preferência sobre o referido prédio, pelo valor de € 93 222,31 (Noventa e Três mil Duzentos e Vinte e Dois euros e Trinta e um cêntimos).

Mais se propõe que a parte da ata respeitante a esta deliberação seja aprovada em minuta, para efeito do disposto nos n.ºs 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O TÉCNICO

O CHEFE DE DIVISÃO

O DIRECTOR DO DEPARTAMENTO

O PROPONENTE

APROVADA / REJEITADA por:

Votos Contra;

Abstenções;

11

Votos a Favor.

Aprovada em minuta, para efeitos do disposto no n.º 3 do art.º 57 da lei 75 13, de 12 de setembro

O RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DA ATA

O PRESIDENTE DA CÂMARA